

## **PASTORAL POPULAR E ASSALARIADOS RURAIS**

**Claudio Perani**

(Publicado nos *Cadernos do CEAS* n.º 89, jan.-fev. 1984, p. 24-36)

### **1. INTRODUÇÃO**

**O homem rural não pode ser esquecido!** Parece uma afirmação supérflua ou contrária à realidade dos fatos, sobretudo quando colocada dentro do âmbito do trabalho desenvolvido pela igreja que - como todos sabem - tem uma presença marcante no campo. Reconhecemos o grande número de pequenas comunidades eclesiais que se desenvolveram no interior do Brasil e a importância da solidariedade e das denúncias da igreja particularmente no que se refere aos conflitos de terra, conjunturalmente muito importantes; contudo, diante da variedade e complexidade da situação rural e, sobretudo, diante do contínuo aumento da massa de trabalhadores rurais assalariados, a afirmação inicial de alerta pode ter um sentido.

Neste ano de 1983 tivemos ocasião de participar de 2 importantes encontros nacionais da pastoral popular, o encontro das Comunidades Eclesiais de Base, em Canindé, e a assembléia da Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia. Em ambos os encontros apareceu violentamente a questão da terra. O problema dos assalariados rurais foi levantado, teve um certo tratamento, sobretudo na reunião da CPT, mas não foi possível aprofundá-lo e ampliá-lo. Tal dificuldade existe também nas bases onde se percebe a existência de bóias-frias, diaristas, peões, volantes, braçais..., sem saber como aproximá-los e como poder estar a serviço da luta dessas categorias.

Reconhecemos a importância fundamental das lutas pela terra, as muitas vitórias dos posseiros e o processo de recamponesação em andamento em muitas áreas. Queremos considerar a problemática de uma outra faixa de trabalhadores rurais, os assalariados, cujas lutas são importantes também para a luta dos próprios posseiros. O vasto mundo dos assalariados rurais desafia a pastoral popular e a igreja como um todo. Ficando nesse âmbito eclesial, desejamos levantar a questão e tentar algumas interpretações iniciais, cientes dos limites das afirmações, pois a pastoral popular não oferece nesse setor uma grande experiência. Além do mais, pretendemos ficar mais restritos ao âmbito do Nordeste, em particular, da Bahia, achando contudo que determinados questionamentos podem ter um valor para a pastoral do Brasil todo, não somente no âmbito rural, mas também no que se refere à presença da igreja no mundo do operariado urbano.

Diante da satisfação existente pelos resultados adquiridos pela pastoral popular, parece necessário advertir seus limites para continuar a avançar nesse processo, descobrindo os contínuos apelos que nos chegam dos setores mais marginalizados.

### **2. A SITUAÇÃO DOS BÓIAS-FRIAS**

Em vários encontros de agentes de pastoral e de trabalhadores rurais constata-se o número cada vez maior de trabalhadores que perdem o acesso à terra onde trabalhavam para tirar o seu sustento e se vêem obrigados, para sobreviver, a vender sua força de

trabalho, engrossando o já considerável número de assalariados existentes nas lavouras da cana, do café, do cacau, do algodão, da cebola, do sisal, no reflorestamento...

Vamos retratar brevemente sua situação de trabalho e de vida, utilizando as palavras de agentes e dos próprios trabalhadores nalguns relatórios de encontros e de assessoria.

### **2.1. No algodão**

"Casa de paus fincados no chão, encostados uns aos outros, com telhado ou apenas uma lona aberta. Para proteger do vento, insetos e frio, o povo costuma amarrar ao redor das paredes sacos de plástico esvaziados de adubo. Dorme em esteiras ou lonas ou plásticos por baixo. Na safra o pessoal divide os barracos e vive amontoado e todo misturado, homens, mulheres, casados e solteiros. Grande incidência de tuberculose. Não tem filtro, nem fossa. No combate às doenças das plantas, sobretudo quando o veneno é jogado de avião, há sérios riscos de contaminação dos barracos onde mora o povo e dos tanques de água. Há várias denúncias de mortes por envenenamento. O transporte é em caminhões, sendo cara a passagem. Os que moram perto vão nas carretas de tratores. Se houver acidente, o trabalhador fica parado sem ganhar. Só uns tratoristas têm carteira assinada; predomina o contrato por empreita ou produção; nenhum direito é considerado. Existe uma rotatividade muito grande".

### **2.2. No cacau**

A situação pode ser resumida nas estrofes deste *Grito do Operário do Cacau*:

"Vamos falar em Seu Ivo/que tanto lhe trabalhou/e quando se viu doente/seu patrão lhe desprezou. Ficou prá lá jogado/como um cãozinho sem dono;/quando estava com saúde/trabalhava até com sono,/hoje que está doente/jogaram no abandono. Quando estava com saúde/só não comia raposa/hoje que está doente/ só não come mariposa/e se não morreu de fome/agradece a sua esposa".

Em muitas fazendas estão despedindo todos os trabalhadores antigos e readmitindo novos, mas para permanecerem apenas 3-6 meses, a fim de não contarem tempo para indenização. O salário perde sempre mais seu poder aquisitivo: em maio/83 a diária subiu a 1020 quando 1 kg de carne do sol custava 1.300; em novembro/83 a diária passou para 1.675 e a carne para 2.400! Aumenta o trabalho na empreitada, imposta pelos patrões porque acelera o ritmo de trabalho de cada homem/dia, estende a jornada de trabalho de 8 para 12 horas, dispensa a vigilância dos cabos de turma e, no final das contas, o trabalhador se dá por satisfeito porque tem a impressão de ganhar mais por semana trabalhada.

### **2.3. No café**

"A família do trabalhador permanente, em geral, vive na região e a do bóia-fria nem sempre. O homem vem, trabalha um período (colheita, em geral) e depois retoma. Alguns possuem uma rocinha, outros são 'macaqueiros' (trabalhadores que vivem do ganho nas fazendas de gado), outros, ainda, são volantes acostumados a pegar safras. As famílias vêm do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Paraná, S. Paulo, Ruy Barbosa, Itaberaba... Todos trabalham. As crianças na carpina, no viveiro, no plantio, na colheita.

O homem também faz cerca. A mulher faz tudo, principalmente na colheita. O trabalho é pago pela diária ou por produção. As diárias do homem variam ao redor do salário mínimo, habitualmente porém não perfazendo o total no mês. As mulheres recebem 60-65% da diária mínima e as crianças cerca de 50%. Os direitos, em geral, não são respeitados. A jornada é de 9 horas de trabalho, poucas empresas pagam o repouso semanal, poucos têm carteira assinada. Os bóias-frias que vêm de outros lugares ficam acampados em barracos de lona ou tábuas. Condições de vida difíceis: intoxicação com veneno de café, gripes, barbeiro... A consulta médica é descontada do ordenado".

#### **2.4. Na cana**

"Até 1946 tudo caminhava bem nestes engenhos. A Usina permitia plantar lavoura. O pessoal vivia bem, se reunia, tinha o Beato Simeão que se hospedava aí na que foi casa de seu Firmino que agora foi para São Paulo. Depois a cana foi tomando conta: os trabalhadores ficaram só fichados, sem terra. E hoje sem terra nem ganho nem trabalho. E quando tem trabalho, a vara não tem medida (...) Tem trabalhadores que estão trabalhando pela bóia. E esta poderá ser descontada do salário na próxima moagem. É a volta do cativo?"

Nas palavras de Severina Maria da Conceição: "As coisas pioraram muito com o novo dono. Aqui na coivara desse morro, para plantar cana, estávamos recebendo 800 de diária; agora mudaram a conta e sai por 500 ou 600. A Usina diz que trabalhamos 6 dias para receber 7. Muitos estão gostando porque tem serviço todo dia. Mas não dá. A diária, na tabela da Usina, é 1.020, mas nunca dá mais de 800 cruzeiros (...). A maior questão que temos é com os direitos atrasados. O novo administrador da Usina está prometendo assinar a carteira e nos fichar. Ele queria que todos aceitássemos começar de novo sem contar os tempos antigos: entre 15 e 20 anos. Cinco aceitaram e ganharam apenas 500.000 em total. Eu não aceitei e falei com os demais: que os direitos dão 500.000 para cada um de nós. Quem fica agüenta enrolações como deixar passar 12 kg de cana por 9 kg. Os 5 pediram as contas por isso. Agora é o dono quem tem pressa em assinar carteiras. Nós vamos botar em claro nossos direitos".

Algumas estrofes de Dolores:

"Sou um pobre miserável/que vive do ganha-pão, /saio de casa bem cedo/para as terras do patrão,/peço serviço ele diz:/ salário eu lhe dou não.

O cabo chega gritando/com a ordem do patrão:/aqui hoje tem, serviço/amanhã não tem mais não' /ele aí fica calado/não engole a decisão.

Diz 'eu vou caçar um lugar/pra poder plantar pra mim',/aí vem o marechal/começa a plantar capim./esta terra não é sua/tudo aqui pertence a mim'.

Ele sai se maldizendo/com vontade de chorar,/a terra ficou pra todos/e ninguém pode plantar/com o diabo do cativo/e esse tal de marechal..."

#### **2.5. A escravidão dos peões**

"São geralmente os peões gente nova. Porém com frequência, pais de família com vários filhos. E até menores de idade: mais de 50 garotos (13, 14, 15 anos...) encontravam-se nas derrubadas da "Codeara" - segundo o testemunho de vários peões - por ocasião da recente intervenção da Polícia Federal. iludidos quase sempre a respeito do pagamento, do lugar, das condições de trabalho, do atendimento médico. Tendo que pagar até a viagem - contra todo o estipulado num a posteriori decepcionante e forçado. Em sistema de empreitada que significa submeter-se além do dono e seu gerente, às fraudes e abusos dos empreiteiros. Já na mata das fazendas, sem possibilidade de saída. Fechados no "inferno verde". Controlados por pistoleiros e "gatos". Atacados pela malária, quase sem exceção. Com o fígado e o baço inchados. Mortos muitos deles pela malária, acumulada às vezes, nas diversas espécies da doença. Sem medicamentos, ou com medicamento pago e insuficiente. E atendidos tarde, já sem esperança. Contra todas as promessas. Comida fraquíssima: arroz, feijão e carne seca. Nos armazéns das fazendas compram-se as mais elementares mercadorias a preço alto. E até venderam-se amostras gratuitas de medicamentos. Sem pagamento nenhum, muitas vezes, depois de meses de empreitada, os peões acabam o serviço devendo à fazenda! Saem fugindo da morte, por doença. Pelas matas. A pé, léguas, dias. Perseguidos. Atirados. E mortos. 'De morte morrida ou de morte matada'. Perdidos para sempre, o nome e o cadáver. Ameaçados, de arma, nos escritórios de algumas fazendas para aceitarem já fatalmente as inesperadas condições como fato consumado (convidados até a se despedir da família e da vida, por gerentes ou pistoleiros ou capatazes)".

## **2.6. Na construção civil**

Um exemplo da cidade nos ajuda a compreender quanto se assemelham as duas realidades. "Na construção civil é um morrer de gente danado! Os acidentes de trabalho são muitos. Nunca levam o acidentado para o pronto socorro, levam para as clínicas particulares. A construção civil está péssima. Existe sobrecarga de trabalho. Trabalha-se 9.30 horas por dia, mas no fim do mês só se recebe 6 horas-extras (...). Nas construções de barragens, contratam pessoas do interior sem documentação, morrem e ninguém sabe. Em Pedra do Cavalo não contrataram um rapaz porque tinha pai e mãe: se morrer eles iam procurar (...). Gostam de agregar mão-de-obra do interior e de outros estados. Chegam num determinado lugar, prometem mundos e fundos, quando chega aqui não tem nada. O alojamento é um barracão com uma cama em cima da outra, sem colchão, cama forrada com sacos de cimento; quando eles reclamam, a firma manda pedir conta. E a passagem de volta? Ah! nós só vamos buscar; para voltar é com vocês! (...). Na nossa área o pagamento é feito quinzenalmente, mas quando a gente entra, só recebe a quinzena daí a um mês".

\*\*\*

Na medida em que "a cana (o capim, o café, o cacau, a soja, a cebola... ) vai tomando conta", os camponeses transformam-se em "fichados". Volta (será que houve tempo que não existiu?) a situação de cativo. O quadro que se esboça nestes depoimentos é verdadeiramente de "inferno verde"; Há uma tremenda mobilidade com condições de transporte péssimas, em geral sem cobertura nem assento; o salário no mês quase nunca chega a alcançar o mínimo exigido pela lei; os direitos trabalhistas não são respeitados nem conhecidos; depois de uma vida gasta na produção um homem nem chega a ter uma casinha própria digna desse nome; a luta pela saúde é contínua e a morte é algo

muito próximo independentemente da idade; a alimentação é precaríssima: os trabalhadores comem farinha com sal, algumas vezes carne, muitos nem param para o almoço; a situação é de total insegurança: o pouco ganho que existe hoje, amanhã pode desaparecer improvisadamente deixando o trabalhador na maior angústia. Não são raros os casos de depressão, ansiedade pesadelos, total apatia... : a cachaça é o consolo que resta. Tudo isso mostra o grau de exploração selvagem do capitalismo que consegue multiplicar seus lucros.

Para completar o quadro deveríamos mostrar os momentos de festa e a **resistência** que, apesar de tudo, existe entre os assalariados. Visa ao salário e aos direitos trabalhistas, mas também à terra e a outras reivindicações. Manifesta-se nas formas mais imediatas (diminuição da produção, procura das fazendas que pagam melhor, cobrança dos direitos na justiça) até às mais organizadas como os contratos coletivos e as greves sobretudo na região da cana em Pernambuco. Em relação à terra reivindicam a lei dos 2 hectares, ocupam matas virgens, plantam na beira das estradas ou a terça nas fazendas que permitem. O trabalhador rural pobre não perde sua relação com a terra. Em geral, os relatórios mostram a dificuldade de um trabalho de conscientização e organização nesse meio; a mobilização é difícil; não se vê como fazer união, como avançar na luta, como atingir os patrões que aparecem como todo poderosos.

O retrato apresentado não se reduz a alguns casos, bem lastimáveis mas isolados e limitados. Ao contrário, revela uma **situação que aumenta e se generaliza sempre mais na conjuntura do campo brasileiro**. "Todo mundo é assalariado": tal constatação é ouvida com sempre maior frequência. E é confirmada por estatísticas e estudos.

Em primeiro lugar, devemos lembrar a importância da população do campo. Segundo o Censo de 1980, na Balda, 50,3% da população economicamente ativa desenvolvem suas atividades no meio rural.

Em segundo lugar, considerando a evolução das participações das diferentes categorias de trabalhadores rurais entre 1970 e 1975, no Brasil, constata-se que as taxas de crescimento da mão-de-obra de empregados (permanentes e temporários, inclusive de empreiteiras) superam largamente o ritmo de crescimento da mão-de-obra familiar. Cresce a participação relativa do trabalho assalariado no total do emprego (de cerca de 24% para 28%), em detrimento da mão-de-obra familiar. Esse dado por si só reflete o forte processo de expansão das relações de trabalho tipicamente capitalistas na agricultura brasileira, uma progressiva proletarização. Devemos acrescentar que as taxas de aumento do emprego temporário são as mais elevadas no período: 8,6% ao ano para os empregados temporários contratados diretamente pelos estabelecimentos; 3,1 % ao ano para os contratados por empreitada; e 6,5% ao ano para o conjunto dessas duas categorias. Isso significa que a agricultura está tendendo cada vez mais a empregar a força de trabalho estritamente nos momentos necessários das atividades agropecuárias, não se responsabilizando pela sua manutenção no restante do ano. Tal, proliferação do emprego sazonal, então, representa não apenas uma intensificação do ritmo de trabalho mas, do ponto de vista do trabalhador, um aumento do desemprego (ou subemprego) estacional. No período da safra o trabalhador deve dar mais duro, pois o espera um período sem trabalho.

Existem **interpretações diferentes** dos dados estatísticos e há discussões sobre a distinção tradicional **camponês e proletário**, assim como em relação às reivindicações

dos bóias-frias (terra ou salário?). Deve-se reconhecer a importância de tais discussões e a complexidade das relações de trabalho, no campo. É difícil poder individualizar uma categoria de "assalariado puro". No concreto, as situações se misturam, aquele que tem sua terrinha é levado a completar com a diária e aquele que vive de salário procura uma terra. A situação é complexa e, justamente por isso, é necessário dar uma maior atenção ao grande número daqueles que não têm terra e dependem só de sua força de trabalho comprada por um patrão que impõe muitas condições. É difícil não reconhecer um processo de proletarização na conjuntura do campo brasileiro. Isso é suficiente para fundamentar a reflexão pastoral.

### 3. A AUSÊNCIA DA IGREJA

Diante desse vasto mundo de bóias-frias qual é a presença da igreja? Qual seu posicionamento? Qual é o serviço que a pastoral popular consegue realizar? Como é vivida a célebre "opção preferencial pelos pobres?"

No famoso e importante documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (14.02.1980), *Igreja e problemas da terra*, que representa uma abertura corajosa e um avanço notável da igreja em favor do homem do campo, os assalariados estão pouco presentes. Há um simples aceno àqueles que "se transformam em proletários", bóias-frias, clandestinos, volantes (n. 48), é à "mais grave situação dos peões na Amazônia Legal" (n. 49). Isso, evidentemente reflete a situação da pastoral, onde o conflito de terra que envolve os posseiros é plenamente reconhecido e aceito, enquanto a problemática dos assalariados não encontra suficiente presença e experiência da igreja.

Voltemos aos dois encontros nacionais de pastoral popular. No 5.º *Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base* que viu a participação de mais de 500 pessoas escolhidas no Brasil inteiro, apresentando os problemas vividos pelas mesmas comunidades, dos 86 agricultores presentes somente 2 ou 3 eram bóias-frias. A Carta de Canindé reconhece entre os cinco grandes problemas "o crescente número de agricultores que perdem as terras e se tomam assalariados rurais e até bóias-frias, que já somam 7 milhões no Brasil". Um dos quadros de uma celebração litúrgica apresentou a situação dos bóias-frias de São Paulo: "Em cima de um caminhão/bem cedinho ele vai/sem nenhuma garantia/pro seu pão de cada dia/ele vai tentar ganhar". Durante o encontro chegou a notícia de que mais uma vez os bóias-frias foram vítimas de suas péssimas condições de trabalho: em acidente numa estrada de São Paulo, 29 perderam a vida. Foi só. Não houve ulterior aprofundamento da problemática.

Na *IV Assembléia Nacional da CPT* pouquíssimos eram os assalariados presentes. O grupo que aprofundou a questão não conseguiu nenhuma presença dos mesmos. Apesar disso, o tema esteve presente. Constatou-se o aumento dos trabalhadores rurais volantes e o agravamento de sua situação. Foram também levantados exemplos de organizações de bóias-frias no estado de São Paulo. A marginalização por eles vivida no âmbito da sociedade tem seu correspondente na igreja e na organização sindical. Entre as linhas de ação propostas, pela primeira vez aparece o item "assalariados": "A CPT deve tomar como uma das prioridades a questão do assalariamento rural ou seja as relações de trabalho no campo, destacando a problemática dos Trabalhadores Rurais Volantes. 1. Aprofundar, divulgar a realidade com suas lutas e experiências. 2. Promover encontros sobre a problemática, em conjunto com outros trabalhos afins. 3. Ajudar os assalariados

a enfrentarem a problemática das migrações e as condições, acidentes e segurança do trabalho. 4. Incentivar outras categorias de trabalhadores rurais que levam a luta conjunta com os assalariados". A questão da terra e a Reforma Agrária dominaram os debates, mas se reconheceu que o conflito se complica da terra para o salário, para a escravidão branca, e que a campanha para a RA deveria considerar também as questões trabalhistas, entre outras.

Deixando os documentos e os encontros para considerar a **pastoral popular em concreto**, não dispomos de levantamentos objetivos e completos que nos permitam conclusões certas. A constatação geral de muitos agentes de pastoral é que nas CEBs do campo e nos movimentos de pastoral rural bem rara é a presença dos assalariados. Os grupos de igreja que se formam do integrados principalmente por pequenos proprietários, posseiros, rendeiros... É difícil organizar os bóias-frias, porque não... se encontram!

O fato é mais grave do que possa aparecer à primeira vista. Se em alguns lugares há a percepção do problema e se tenta encaminhar algo, em muitas comunidades a ausência dos assalariados nem é percebida. Mais ainda, em lugar de ficar questionada, a comunidade ou o movimento se justificam acusando os outros. Daqueles que não têm terra os comunitários dizem que "tem cabeça fraca", "são cachaceiros"! Os assalariados, às vezes, são considerados inimigos do homem do campo porque não participam de suas lutas pela terra.

Parece ser lícito concluir que, apesar de algumas louváveis e importantes tentativas de setores da pastoral popular, no seu conjunto a igreja dos pobres não está presente no mundo dos assalariados rurais. Esse fato deve ser analisado, procurando descobrir as razões mais profundas. Sem isso será difícil poder encontrar pistas de trabalho.

#### 4. QUAIS AS RAZÕES

Há, em primeiro lugar, uma **realidade objetiva** que deve ser considerada e que independe das intenções dos agentes. Resume-se numa palavra: a situação de exploração e de opressão dos assalariados rurais. De manhã até noite, de segunda-feira até sábado, com sol ou chuva, no pesado, sem as mínimas condições de descanso e lazer, sem poder alimentar-se suficientemente, homens e mulheres devem trabalhar para o lucro do patrão. Esse último apropria-se não somente do trabalho das pessoas, mas também de sua vida. Isso se dá através de um verdadeiro controle repressivo exercido por jagunços armados que impedem a saída das fazendas ou, de forma mais sutil, por uma pirâmide hierárquica que vai de gerente até o último cabo de turma e que assemelha muito ao sistema de controle das grandes fábricas. Apesar de diminuir por razão das novas relações, muitas vezes ainda subsiste o controle através do compadrio e formas semelhantes. O assalariado experimenta o poder do patrão sobre sua vida como uma dependência e uma submissão existenciais.

A mobilidade dos assalariados é muito grande. Só esse fato pode explicar a dificuldade de um trabalho com eles. Mobilidade, porque devem ir ao trabalho que fica longe, gastando tempo cada dia ou afastando-se da família por semanas ou meses. Mobilidade, porque a rotatividade é grande, o patrão emprega só no tempo da colheita, demite com facilidade. Mobilidade, porque podem ficar desempregados e ter que andar muito para

encontrar outro trabalho. Tudo isso cria uma situação de insegurança, de medo que pode chegar ao desespero.

A maior parte desses assalariados temporários, apesar de trabalhar no campo, mora nas periferias das cidades. Pertence, de alguma forma, ao mundo urbano, usufruindo das vantagens e sofrendo as tensões que são próprias da cidade. Isso pode significar uma maior liberdade que não existe nas fazendas, mas pode também provocar outras dificuldades devidas aos condicionamentos impostos pelo mundo urbano. Vivem, por exemplo, em bairros sem as mínimas condições de sobrevivência, são obrigados a preços mais altos que aumentam a carestia etc.

A situação de exploração e as dificuldades de tempo e lugar não ficam somente no âmbito externo, na relação patrão-empregado; atingem todas as relações sociais, são interiorizadas e criam uma ruptura no âmbito dos valores. Podemos lembrar um trecho de Karl Marx no *Manifesto Comunista*: "Tudo que era sólido, bem estabelecido, desvaloriza-se; tudo que era sagrado se acha profanado e por fim os homens são forçados a considerar, desiludidos, o lugar que têm na vida e suas relações mútuas (...). A extensão da maquinaria e a divisão do trabalho tiraram do trabalho dos proletários todo caráter de independência e todo atrativo".

Marx interpretava com esse texto o movimento da revolução industrial, mas pode servir também para interpretar a mudança provocada pelo avanço capitalista no campo. Depois de uma semana de trabalho em condições sub-humanas, o que de fato fica é um pouco de cachaça para esquecer o cativo. Os trabalhadores são reduzidos a uma vida materialista: "tudo que era sagrado se acha profanado". Os valores religiosos, também, estão sujeitos a essa ruptura. O fato de não freqüentar a igreja matriz não se deve unicamente à falta de tempo, mas sobretudo à rejeição de uma religião comprometida com os patrões.

Há outras razões, relacionadas com as primeiras, mas que podem ser consideradas mais no reflexo que a situação objetiva produz sobre a igreja. "Quando se dão transformações substanciais na dinâmica das classes, a religião (a igreja) é obrigada a transformar-se (independentemente da intenção e consciência dos atores)". Essa transformação não é automática e depende também da iniciativa da igreja. É importante, por isso, considerar os obstáculos que a igreja coloca porque, pelo menos neste nível, poderia haver maior possibilidade de mudança. Vamos elencar algumas razões sem pretensão de uma análise exaustiva e aprofundada.

**Ausência de assalariados rurais.** Já temos constatado, na primeira parte do artigo, que a igreja presente no setor rural não é muito freqüentada por bóias-frias e peões. As Comunidades Eclesiais de Base do campo e os vários movimentos de pastoral rural, em sua grande maioria, são integrados por posseiros e pequenos proprietários. Isso se explica pelas condições objetivas, antes consideradas. Mas tem uma conseqüência para a igreja: pela ausência dos assalariados dificilmente tais comunidades e movimentos poderão prestar um serviço válido, que favoreça a luta deles. Não sempre se considera tal limite. O fato de as CEBs serem integradas por lavradores, pessoas pobres e exploradas, é comparado com o modelo anterior da igreja, onde prevalecia a presença do fazendeiro ou da classe média. Essa comparação permite de ver todo avanço feito pela igreja em direção às classes populares, mas não revela o caminho que ainda deve ser

feito para atingir também os bóias-frias, que vivem uma situação de maior marginalização.

**Falta de conhecimento do mundo dos assalariados.** É consequência da situação anterior e característica tradicional da igreja. As relações de trabalho, a exploração sofrida, a dureza da vida de trabalho não são conhecidas. Talvez um pouco em suas consequências de falta de escola, de saúde, de moradia digna etc. Os agentes de pastoral, em sua grande maioria padres e freiras, têm condições de vida diferentes e habitualmente não dependem de patrão nem vivem unicamente de salário. Também não conhecemos suficientemente a reação dos membros das comunidades que, apesar de sua posição bem próxima dos assalariados rurais, às vezes, não parecem compreender a situação deles e fazer jus à dignidade dessa categoria.

**Medo do conflito de classe.** O conflito de classe, isto é o conflito entre "o grupo restrito, mas muito influente, dos patrões e empresários, dos proprietários ou detentores dos meios de produção, e a multidão mais numerosa da gente privada de tais meios e que participa no processo de produção, mas isso exclusivamente mediante o seu trabalho", perpassa a sociedade toda e atinge também posseiros e pequenos proprietários, explorados pelo capital. No caso dos assalariados, a exploração talvez seja mais violenta; em todo caso, o conflito se manifesta com maior clareza. Coloca abertamente os operários contra os patrões. Na igreja, a palavra conflito nunca foi muito bem aceita. Mais ainda, o "conflito de classe". Isso pode explicar as dificuldades vividas pela pastoral que, no caso dos bóias-frias, é obrigada a se confrontar diretamente com este conflito de classe.

**Visão idealista do trabalho.** Na tradição bíblica encontramos as duas visões, pessimista e otimista, em relação ao trabalho. A primeira o apresenta como uma "maldição", consequência do pecado dos homens: "Tirarás da terra com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida" (Gêneses 3,17). A segunda o apresenta como uma bênção: "Deus os abençoou: frutificai e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a" (Gênesis 1,28). As duas tradições sempre estiveram presentes na história da igreja. Ultimamente, surgiu uma "teologia do trabalho" preocupada em valorizar o aspecto positivo do mesmo. Tal teologia se impôs no Concílio Vaticano II e se encontra também na encíclica de João Paulo II sobre *O Trabalho Humano*. Muito acertadamente o trabalho é considerado chave essencial de toda a questão social e dimensão fundamental da existência humana. Isso interpreta a consciência dos trabalhadores que valorizam seu trabalho e, por consequência, tem grande importância para a pastoral. A afirmação, porém, de que "o trabalho é para o homem", é "um bem do homem", se não é acompanhada de uma análise sociológica que levante a função escravizadora do trabalho, pode levar a uma Visão idealista que impede uma aproximação com o mundo do trabalho. O Papa não deixa de falar do conflito e da situação de "milhões de homens que se vêem obrigados a cultivar as terras de outros e que são explorados pelos latifundiários" (n. 21). Essa situação deve ser reconhecida e assumida. Afirmações como "a terra para quem nela trabalha", se podem ser importantes para a condução de uma luta, não só de posseiros mas também de assalariados, não devem impedir de reconhecer a situação concreta daqueles que não têm terra nem vão poder segurá-la com muita facilidade.

**Visão individualista do trabalhador.** "O contrato de trabalho deixa a gente sozinho diante do patrão". Esta afirmação de um trabalhador pode ser também a visão de agentes de pastoral que, mais uma vez, carecem de um conhecimento mais aprimorado do mundo dos assalariados, de sua solidariedade, de suas lutas. A dificuldade e a resistência dos assalariados rurais é explicada porque eles "não têm nada para defender de seu". Significa que não têm terra e não se considera o valor e o poder do trabalho. É verdade que a conjuntura revela a possibilidade de resistir ou de atacar a partir da terra, enquanto existem dificuldades de organização para os trabalhadores volantes. Este fato, porém, não deve ser alimentado por uma visão que considera o assalariado como uma categoria que não luta, como um fraco porque não tem terra, não é um "produtor". A solidariedade e consciência de classe que se desenvolvem entre os operários da indústria permitindo um avanço na luta do movimento operário, devem encontrar seu paralelo também entre os assalariados do campo.

**A perspectiva religiosa.** Habitualmente, há por parte dos agentes de pastoral o desejo de abençoar tudo com um sinal religioso. O conteúdo explícito da fé é logo apresentado, sem dar tempo suficiente para que a dimensão humana se desdobre plenamente. Parece que não se faça evangelização se não se fala explicitamente de Jesus e de Deus. É evidente que, em se tratando de pastoral, seu objetivo é evangelizador, quer dizer, tem a função de anunciar a salvação em Jesus Cristo. A maneira e o tempo para fazer isso devem ser questionados e devem tomar em conta as circunstâncias concretas em que vivem, no caso, os assalariados que, provavelmente, não têm o mesmo tipo de religião que os posseiros. Não se trata de justificar com esquemas tipo "primeiro promover, depois evangelizar". A mesma evangelização exige o respeito da dignidade humana e tem como conteúdo a justiça. Temos considerado acima o mundo "materialista" em que vivem os assalariados e uma possível interiorização que pode criar rupturas com certos esquemas religiosos. Apresentar-se apressadamente com tais esquemas pode impedir aquela presença e solidariedade que se quer para que os assalariados se encontrem como pessoas e como classe. A nossa abordagem equivocadamente "religiosa" poderia, mais uma vez, marginalizar os bóias-frias. Tal afirmação não é absoluta, quer dizer, não queremos afirmar que se deva deixar de lado a abordagem religiosa, menos ainda, concordar com o posicionamento dos que nunca querem falar de religião. Também nesse caso, são os trabalhadores que devem manifestar sua opinião e seu desejo. A prática poderá ensinar vez por vez qual o caminho melhor. Aqui simplesmente queremos alertar quanto ao equívoco de certas abordagens pretensamente "pastorais".

**Os instrumentos pastorais.** A pastoral popular tem uma série de instrumentos pedagógicos e organizacionais que se revelaram eficazes no trabalho que está desenvolvendo. Nos referimos aos canais de contato, às comunidades, às reuniões, aos lugares de encontro, às dinâmicas dos debates, às lideranças, aos subsídios impressos ou audio-visuais, aos vários instrumentos de luta etc. Tudo isso pode ser útil para um trabalho com volantes, mas não devemos esquecer que foi experimentado noutra meio e que talvez não sirva para a nova situação. Por exemplo, para um certo tipo e frequência de reuniões há necessidade de poder dispor de tempo, facilmente encontrado pelos pequenos proprietários que têm maior liberdade e não pelos assalariados sujeitos ao tempo do patrão. Temos que perceber o problema para não forçar a utilização de certos instrumentos, mas deixar o caminho aberto para descobrir os que mais podem se adaptar às condições e exigência do mundo dos assalariados.

**Falta de alternativas.** Uma justificativa que, às vezes, se ouve, particularmente por parte de autoridades de igreja para não permitir uma inserção de agentes de pastoral no meio dos trabalhadores volantes, é o fato que não aparecem alternativas. "Nós não temos soluções para apresentar, por isso não podemos ir". Pode ser verdade que não temos soluções para oferecer. Tudo isso não é motivo para negar nossa presença e nosso serviço. Ao contrário, deveria exigir um maior investimento. Não termos alternativas é exatamente a marca do nosso serviço que é pastoral e não político, em sentido próprio da palavra, quer dizer, consiste numa solidariedade e numa ajuda para que os trabalhadores encontrem e assumam suas alternativas. Na prática, pelo desejo de ter algo de imediato para oferecer e por não agüentar uma situação de impasse, muitas vezes ficamos bloqueados. Devemos questionar tal resistência, descobrindo que do ponto de vista político essa falta de alternativas pode permitir uma maior participação e responsabilidade dos interessados, e do ponto de vista evangélico uma maior vivência do aspecto da gratuidade.

## 5. QUE FAZER?

Depois de tais questionamentos, fica a pergunta "o que fazer?". O fato de esclarecer e aprofundar algumas dificuldades, não elimina a necessidade de encontrar sugestões. Como entrar em contato com os trabalhadores volantes e estar a serviço de sua luta? Pelo dito anteriormente, fica clara a impossibilidade de dizer muitas coisas sobre o assunto. A prática irá ensinar melhor na medida em que aumentar. É possível, contudo, tirar algumas conclusões dos questionamentos anteriores.

**Maior inserção.** Se os assalariados rurais não estão presentes nas comunidades e nos movimentos de pastoral, a primeira e óbvia conclusão é que os agentes de pastoral devem ir lá onde eles se encontram. Trata-se de deixar os próprios lugares e andar nos lugares freqüentados pelos bóias-frias: de manhã cedo nas pontas de rua, nos caminhões, nas fazendas, nos barzinhos, no fim de semana nos bairros onde moram... Trata-se de adquirir maior mobilidade, a mesma dessa categoria de trabalhadores. Às vezes, as dificuldades poderão ser insuperáveis: é praticamente impossível entrar em certas fazendas, nem para um cursinho de batizados ou uma celebração litúrgica, pois o controle pelos jagunços ou pelas assistentes sociais é muito rígido. Trata-se de ver as situações concretas: de escutar a palavra dos trabalhadores, particularmente sobre os temas que mais lhes interessam: salário, condições de trabalho e de vida etc; de deixar-se instruir por eles.

Na Europa, diante da distância entre a igreja e o mundo do trabalho, a pastoral descobriu o caminho dos "padres operários", Sempre se disse que tal experiência não tinha nada a que ver com nossa realidade. Mesmo que isso fosse verdade, não deve ser descartada facilmente, pois pode sugerir formas de maior presença no mundo dos operários e também no mundo dos bóias-frias. De fato, também entre nós não faltam pequenas experiências. Entrar na produção não seria para ser "vanguarda" do movimento, mas simplesmente para ter um canal a mais que aproxime a igreja do mundo dos assalariados e lhe permita um maior conhecimento. Em todo caso, o exemplo trazido não quer sugerir a entrada na produção - que na nossa situação deveria também considerar o grave problema do desemprego -, mas alimentar a preocupação para uma maior inserção.

Para esse tipo de trabalho, há necessidade de investir tempo e forças. Não podemos pensar de encontrar logo o caminho com breves contatos. O problema dos recursos, também humanos, é um problema de opção. Não é verdade que faltem pessoas para uma pastoral dos bóias-frias; falta a decisão que leve a priorizar esse tipo de compromisso. Muitos lugares e grupos sociais são super-atendidos pela igreja, quando aí estão imensas multidões sem ninguém que delas se ocupe.

Essa primeira sugestão é básica, pois somente a partir desse contato poderia ser melhor esclarecido o caminho.

**Atitude de solidariedade.** A presença já é um ato fundamental de solidariedade. Essa deve manifestar-se no plano pessoal e de classe. Se é verdade que o problema é fundamentalmente de conjunto, sempre tem sentido uma atitude pessoal de compreensão e amizade. Vai frontalmente contra as relações de dependência e de controle exercidas pelo patrão. Evidentemente não teria sentido se, contemporaneamente, não houvesse uma solidariedade também política com todas as lutas da classe.

A encíclica sobre *O Trabalho Humano* sublinha a importância da solidariedade e a coloca como ponto fundamental de uma verdadeira eclesiologia. "É preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde o exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a igreja dos pobres". O Papa não poderia ser mais explícito.

**Rever a questão dos sinais religiosos.** É consequência do questionamento sobre a pressa com a qual os agentes de pastoral colocam o problema e os sinais do religioso. Tal pressa, parece às vezes indicar uma limitada vivência de fé, pois há muita insegurança e medo quando não se explicitam determinados sinais externos. Devemos aprofundar nossa visão de fé e saber reconhecer o trabalho da graça e a presença do Reino de Deus lá onde se constrói uma solidariedade humana e se luta para uma libertação da opressão.

A prática de Jesus Cristo, revista sob este aspecto, poderia ensinar muitas coisas. Há também alguns documentos recentes de superiores de ordens religiosas que vão nessa linha. O ex-Geral da Companhia de Jesus, Pe. Pedro Arrupe, numa carta aos representantes da "Missão Operária", reconhecendo as dificuldades do ambiente, afirmava: "As circunstâncias podem impedir ou desaconselhar a explicitação de vossa missão evangelizadora".

É um caso, talvez, limite, que não se aplica ao Brasil, mas que pode nos ajudar para rever nosso apego aos sinais religiosos. Na mesma linha vai o Documento do Conselho Plenário da Ordem dos Frades Menores: "Devemos atingir ainda em nossas próprias sociedades aqueles que ainda não foram tocados pelo Evangelho e aqueles que se afastaram do Evangelho tal como se lhes apresenta de modo tradicional. Pela nossa presença tentaremos ajudá-los a interpretar sua experiência e promover o bem que

encontramos. Caso esta pareça ser a vontade de Deus, explicitamente proclamaremos o Senhor". O que significa que a proclamação explícita não deve ser um fato automático. O documento retoma palavras do "subversivo" S. Francisco que evangelizava uma terra de batizados, procurando aproximar a massa marginalizada...

**O conteúdo das lutas.** É uma questão importante e difícil, que não pode ser tratada nos limites de um artigo. Nas áreas de posseiros encontramos conflitos manifestos e mobilizadores. Aí o problema da "terra" é fundamental. Nas áreas de assalariados os conflitos são ocultos e mais condicionados. Aqui entra a luta pelo "salário". Não se trata de relativizar a terra para poder afirmar o salário. Nem de querer ficar unicamente com os importantes conflitos pela terra, esquecendo as massas que vivem de salário ou querendo logo impor uma bandeira, que talvez para elas não tem sentido. Trata-se de reconhecer que a opressão é a mesma, o mesmo capitalismo explora posseiros e bóias-frias. Trata-se de relacionar terra e trabalho, não a partir de esquemas abstratos, mas do reconhecimento da realidade e das complexas e diversificadas relações concretas onde, muitas vezes, terra e salário se misturam.

Entre as várias lutas, o caminho do salário e o caminho da lei (exigência dos direitos garantidos pela lei) são formas válidas e políticas de luta, dada a distância existente entre o que prescreve a lei e o que os patrões cumprem. Mas deve-se também reconhecer os limites. A lei não é dos trabalhadores. O salário é a forma escolhida pela dominação burguesa. Nesse sentido devemos questionar certas afirmativas que reconhecem a possibilidade de um "justo salário". Lembram as justificativas a escravidão. Lei e salário devem ser considerados como instrumentos. Não se trata de abrir mais o espaço da lei para poder avançar mais, mas de ver com os trabalhadores de que modo podem avançar também através do instrumento da lei.

**Os Sindicatos.** Existem experiências de sindicatos de assalariados rurais, onde bóias-frias encontraram uma forma de organização. Já falamos das mobilizações dos sindicatos de Pernambuco na ocasião dos dissídios coletivos. Na região do cacau, em Ibirapitanga - BA, a união e luta de um grupo de assalariados conseguiu estruturar um sindicato defensor dos direitos da classe, desenvolvendo um trabalho amplo de conscientização. Os exemplos não faltam. Mas também em relação ao instrumento do sindicato, não é suficiente a consideração de que é órgão de classe. Além do reconhecimento dos limites estruturais do sindicato brasileiro, deve-se considerar caso por caso, dado que existe uma diversidade de atuação.

No caso dos assalariados rurais há uma dificuldade a mais. Em sua grande maioria são integrados por pequenos proprietários e posseiros. Também os que se reestruturaram a partir de lutas recentes guardam a mesma composição. Vale então aquele questionamento feito em relação às CEBs. Difícilmente um sindicato de posseiro poderá ter grande sensibilidade para a situação dos trabalhadores volantes e, ao contrário, esses últimos terão dificuldades para reconhecer naquele órgão seu sindicato. Várias vezes ouve-se dizer por assalariados que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é dos patrões.

As sugestões são limitadas e bastante genéricas. É importante não prefixar-se em modelos, mas acompanhar o movimento dos trabalhadores. Ajudará também a igreja a viver sempre mais sua "opção pelos pobres".